

A Cooperação Militar entre Brasil e Suriname / Military Cooperation between Brazil and Suriname

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i3.41557>

Paulo Gustavo Pellegrino Correa

Universidade Federal do Amapá, UNIFAP, Brasil. E-mail: paulogustavo1978@gmail.com

Paulo Raul Costa Guerra

Universidade Federal do Amapá, UNIFAP, Brasil. E-mail: paulorau@gmail.com

Palavras-chave: Cooperação Militar; Brasil; Suriname.	Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a cooperação militar entre Brasil e Suriname. Nas últimas décadas a América do Sul tornou-se plataforma estratégica de inserção internacional para o Brasil. Nosso recorte temporal é entre o ano de 1975 até o ano de 2014. A metodologia consistiu em análise bibliográfica, levantamento e análise dos acordos de cooperação militar, análise documental e de declarações oficiais, discursos e posicionamentos dos atores sociais e políticos da região. Nossa análise demonstra que mesmo o Suriname apresentando uma baixa interação diplomática com o Brasil, o país ocupa posição de destaque na cooperação militar.
Key words: Military Cooperation; Brazil; Suriname.	Military Cooperation between Brazil and Suriname Abstract: This article aims to analyze military cooperation between Brazil and Suriname. In the last decades South America has become a strategic platform for international insertion to Brazil. Our methodology is based on bibliographical analysis, analysis of military cooperation agreements, documentary analysis and official statements, speeches and positions of the social and political actors of the region. Our analysis shows that even though Suriname has a low diplomatic interaction with Brazil, it occupies a prominent position in military cooperation.
Palabras clave: Cooperación militar; Brasil; Surinam.	La Cooperación Militar entre Brasil y Suriname Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la cooperación militar entre Brasil y Surinam. En las últimas décadas, Sudamérica se ha convertido en una plataforma estratégica para la inserción internacional en Brasil. Nuestra metodología se basa en el análisis bibliográfico, análisis de acuerdos de cooperación militar, análisis documental y declaraciones oficiales, discursos y posiciones de los actores sociales y políticos de la región. Nuestro análisis muestra que a pesar de que Surinam tiene una baja interacción diplomática con Brasil, ocupa un lugar destacado en la cooperación militar.
Artigo recebido em: 01/02/2018. Aprovado em: 25/05/2018	

Introdução

A questão da integração do continente Sul-Americano nas últimas décadas ganhou relevância nas agendas estratégica dos países da região, tanto através da cooperação bilateral quanto da criação de organizações regionais visando diferentes fins como a integração econômica, infra estrutural e/ou de Defesa. O Suriname, foco de nosso trabalho, mesmo sendo um país “de costas” para a América do Sul, esteve presente nesse processo.

A cooperação bi e multilateral foi uma das formas utilizadas para aproximar-se do Suriname e integrá-lo cada vez mais ao subcontinente. Neste artigo analisamos especificamente a cooperação militar entre Brasil e Suriname, tema que ganhou maior relevância a partir da criação do Conselho de Defesa Sul Americano (CDS).

O trabalho “La Diplomacia Militar en Suramérica: Alianzas y Rupturas em 2008” (Otálvora, 2008, p. 2) aponta que desde a intensificação de instituições de coordenação regional em matéria de defesa como o CDS, o tema tem se tornado crescente na agenda da região sul-americana. Nesse processo, ocorre uma atividade diplomática voltada aos temas militares o qual o autor denomina de “diplomacia militar”. O autor afirma ainda que a atividade dos governos é vista no campo militar desde aspectos ideológicos, doutrinários e operativos como os programas conjuntos de formação de oficiais, ou seja, aspectos

simbólicos em tempos de paz e logísticos em tempos de guerra.

Nossa análise abrangerá o período que vai de 1975, ano de independência do Suriname, até o ano de 2014 que corresponde ao final do primeiro mandato da presidente brasileira Dilma Rousseff. O estudo foi feito através da análise de integração e segurança internacional, política externa dos referidos países, integração e cooperação em defesa e segurança.

Realizamos o levantamento e análise de artigos científicos, notícias e livros ligados ao tema, acordos de cooperação militar entre o Brasil e Suriname. Uma análise documental das principais declarações, discursos e posicionamentos dos atores sociais e políticos da região ao respeito de suas percepções e ações diante os acordos de cooperação militar. As principais fontes de dados foram: Agência Brasileira de Cooperação (ABC); Ministério da Defesa (Brasil e países do Platô das Guianas); Ministério das Relações Exteriores (Brasil e países do Platô das Guianas); Documentos do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS).

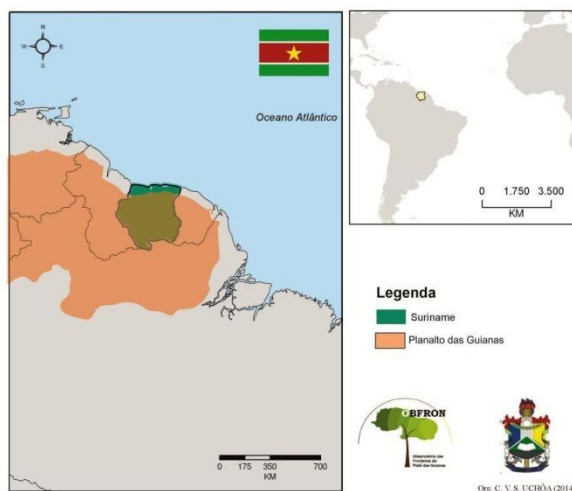
A primeira parte deste trabalho apresenta aspectos gerais do Suriname. Em seguida, discorreremos sobre os principais pontos da relação estabelecida entre os dois países, levando em consideração fatos históricos, e sobretudo as abordagens da política externa de cada país. Por fim, a terceira e última parte, com base em documentos oficiais, tratados de cooperação, apresentamos a evolução da cooperação militar entre Brasil e Suriname e a

análise dos acordos e a opinião de alguns atores no Suriname.

Suriname: a ex-Guiana Holandesa

O Suriname tornou-se independente no ano de 1975 é o mais novo Estado Sul-Americano. O país apresenta menor dimensão territorial e população do continente. Em seus 163,820 Km² de extensão existe uma população em torno de 600 mil habitantes. Situa-se ao norte da América do Sul, com fronteiras ao Oeste com a República Cooperativa da Guiana, a leste com Guiana Francesa, ao Sul com o Brasil e em sua porção Norte encontra-se o Oceano Atlântico.

Mapa (01): República do Suriname



(CORREA, 2014, p. 138)

O país compõe juntamente com República Cooperativa da Guiana e Guiana Francesa (França) a chamada Região das Guianas. Um pedaço da América do Sul que apresenta desafios para sua integração ao

continente uma vez que tem uma composição etno-cultural diversa, com idiomas distintos dos demais países da América do Sul e baixa interconectividade. Ainda, a Região tem uma forte relação estabelecida com os países caribenhos e, em certo alcance, com suas antigas metrópoles (VISENTINI, 2008, p. 1).

Deste modo, o Suriname como parte dessa região, apresenta-se como um desafio no processo de “Sul-Americanização” uma vez que possui maior integração com o Mercado Comum Caribenho através de sua participação no CARICOM, desde 1995, e ainda da Associação dos Estados Caribenhos (AEC). Soma-se a isso suas fortes relações econômicas com a Holanda, a segunda maior fonte das exportações do Suriname, representando aproximadamente 15% do total.

A economia desse pequeno país é baseada na exportação de ouro, bauxita, madeira e arroz, e é abastecido por importação em quase sua totalidade de produtos manufaturados. A pluralidade de culturas na sociedade surinamesa é intensa, tendo sua formação no período colonial. Existe uma ampla variedade étnica, linguística e religiosa. Ameríndios localizados no interior, afrodescendentes que foram inseridos nas plantações no período colonial, os *Maroons* ou *Bush-negroes* povoam florestas do interior do país, indianos de origem Hindu e Mulçumana, indonésios, javaneses, chineses, ingleses e mestiços são alguns dos que compõem a sociedade surinamesa.

O número de mulçumanos no país é

grande e compõem 19,6 % da população total. Esse fato faz com que o Suriname juntamente com República da Guiana sejam os únicos países Sul Americanos a compor o Organização para Cooperação Islâmica (OCI)¹. De tal modo, Visentini (2008, p. 1) caracteriza o Suriname como um país que faz parte de “uma outra América do Sul” distinta da Platina e da Andina. Uma nova fronteira no continente, pois com uma construção étnico-cultural distinta das demais luso-ibérica predominante na América do Sul.

Relações bilaterais Brasil – Suriname

As relações entre Brasil e Suriname tiveram início no ano da independência do país em 1975 (RPEB, 1975, p. 132). Em julho de 1976, as relações entre os dois países tomaram corpo com a visita ao Brasil do Primeiro Ministro para Assuntos Gerais e Estrangeiros do Suriname, Henck Alfonsus Eugene Arron. Essa foi à primeira vista oficial do Chefe de governo do Suriname ao exterior desde que o país conquistou sua independência.

A visita do Primeiro Ministro Surinamês possibilitou não somente o diálogo, mas formalizou documentos acerca da Cooperação entre os países. Foram estabelecidos o Tratado de Amizade Cooperação e Comércio, o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica e o Convênio

de intercâmbio cultural. A visita resultou ainda na criação de uma Comissão Mista Brasil-Suriname com o fim de aprofundar os processos de intercâmbio Bilateral e Cooperação Técnica e Científica (RPEB, 1976, p. 38).

Para situarmos a Política Externa Brasileira (PEB) em nossa análise, destacamos que na década de 1960 as ações brasileiras estavam constrangidas no sistema bipolar que caracterizou a Guerra Fria. O Brasil encontrava-se próximo ao modelo político e econômico ditado pelos Estados Unidos (MENDONÇA, MYAMOTO, 2011, p. 12). Diante da lógica das “fronteiras ideológicas”, a política externa foi pautada no princípio de que para a preservação da independência nacional era necessária a aceitação de um grau de interdependência econômica, política e militar com os Estados Unidos. Uma política externa balizada pelos estadunidenses, que rompia com a Política Externa Independente que caracterizou a PEB o início dos anos 1960 (FERNANDES, 2010, p. 158). Juntamente com a nova orientação da política externa e o colapso do acordo de Bretton Woods em 1971 e a crise do petróleo em 1973, Ernesto Geisel, presidente que assumiu o posto em 1974, fundamentou a política externa brasileira em duas diretrizes: assegurar o fornecimento de petróleo e garantir mercados de exportação para os produtos brasileiros (URT, 2010 p. 76).

Na década de 1970 o Brasil passava por um processo de desenvolvimento econômico acelerado e um aumento das fontes de fluxos

¹ Entidade intergovernamental que reúne Estados Islâmicos ou que possuem uma comunidade representativa praticantes da religião.

comerciais financeiros. Segundo Lessa (1995, p. 25):

... a Política Externa de Geisel tinha, em 1974, a necessidade de diversificar os contatos internacionais, de modo a não apenas compensar com exportações os crescentes *déficits* da balança de pagamentos, como superar, pela abertura de novos mercados, a retração de clientes tradicionais no mundo dos industrializados – então empenhados em superar a crise de fornecimento do petróleo.

A política externa de Geisel em prol de maior autonomia brasileira e diversificação de parceiros focou nos países da África, Oriente Médio, América Latina e Europa Ocidental. Foram estabelecidos princípios pragmáticos na busca da consecução dos interesses nacionais prioritários, essa forma de se pensar a política externa brasileira é expressa por Mendonça e Miyamoto (2011) como “pragmatismo responsável ecumênico”. Segundo os autores:

O pragmatismo responsável e ecumênico teve como princípio fundamental o fim dos apriorismos na política externa brasileira. Responsabilidade significava o compromisso de fidelidade com os interesses nacionais do país, com objetivos de longo prazo. Ecumenismo se referia à estratégia brasileira de buscar múltiplos polos de aproximação, tentando afastar-se dos tradicionais vínculos, bastante estreitos, que o Brasil mantinha com os Estados Unidos.” (MENDONÇA; MIYAMOTO, 2011, p. 14).

O golpe de 1980 no Suriname e a missão

Venturini

Na vida política surinamesa desde sua independência em 1975, a instabilidade foi uma

característica marcante. Sucessivos golpes militares e uma guerra civil, de 1986 até 1994, criaram um cenário de incerteza política e debilidade econômica no país. Entre os principais atores nesse cenário de transição da independência para a democracia, os militares foram um dos mais atuantes e, entre idas e vindas ao poder, o atual presidente do Suriname é Desiré Delano Bouterse, foi o principal líder militar no país.

Mesmo após a independência em 1975, o Suriname manteve fortes relações políticas com sua antiga Metrópole. O fato do processo de independência da antiga colônia ter sido pacífico contribuiu para que as relações fossem mantidas harmoniosamente. Um acordo garantiu que seriam aplicados US\$ 100 milhões da Holanda durante 15 anos no Suriname. Contudo, os golpes militares de 1980 e 1990 implicaram na suspensão dos recursos (AVILA, 2011, p. 46). No campo político organizava-se uma democracia parlamentar que combinava características peculiares como o *Apanjaht*, ou seja, “a prática do voto em nome da sua própria raça, do seu próprio grupo”.

De 1975 a 1980 o Suriname foi comandado pelo Primeiro Ministro Henck Arron. O jovem país tinha como objetivos de sua política externa maior integração com o continente e, ainda, buscava maior autonomia principalmente em relação a sua antiga metrópole. Corrupção envolvendo grande parte dos ministérios e autoridades públicas, escândalos nas eleições de 1977, o problema

apresentado pelo fenômeno do “*Apanjathsmo*” o qual estava resultando na ideia de “nós contra eles”, o comprometimento do desenvolvimento de uma identidade nacional do país e a instabilidade política geral foram elementos que compuseram em 1980 o palco para um golpe militar (JANSSEN, 2011, p. 55). Somou-se ao cenário descrito acima a crescente insatisfação, principalmente por parte dos militares não parte do oficialato, protagonistas do golpe de 1980.

Em 1980 o então sargento-major Desiré Delano Bouterse acompanhado de 16 oficiais iniciaram um golpe contra o governador eleito Henck Arron. Em questão de horas, Bouterse obteve a rendição da base do exército, da polícia e do governo (SINGH, 2007, p. 77).

A insatisfação da classe protagonista do golpe foi composta por alguns elementos. De acordo com Correa (2015, p.115) algumas dessas principais motivações foram: (1) a grande diferença de salários entre os oficiais e não oficiais, principalmente os que foram treinados na Holanda, pois ganhavam muito mais que seus subordinados; (2) os militares não possuíam uma organização que representasse a classe, contudo isso era uma prática comum na Holanda, agravando mais a situação o presidente Arron se apresentava resistente a ideia de um sindicato dos militares; (3) a questão da pequena importância que foi dada aos militares nesse período, pois estavam limitados ao patrulhamento da fronteira e a participação em atos públicos como paradas. Em síntese, o governo de Arron, não se

atentando as reivindicações, principalmente dos soldados não comissionados, apenas agravou a insatisfação desse grupo resultando no golpe.

Esse episódio inicia uma nova fase na relação entre Brasil e Suriname através da visita de uma comissão brasileira ao Suriname. Na ocasião a ação visou intensificar as relações bilaterais oferecendo assistência política, militar e econômica. (AVILA, 2011, p. 7). A missão, que ficou conhecida como *Missão Venturini*, tinha como principal objetivo oferecer ajuda ao regime de Desiré Delano Bouterse estabelecido em fevereiro de 1980.

No âmbito internacional o Golpe de 1980 causou certa preocupação, pois não existira uma ideologia claramente estabelecida. O caráter não ideológico do golpe se dava principalmente por não obter característica revolucionárias e tampouco reacionárias. O episódio não aconteceu a partir de preocupações relacionadas à Guerra Fria e não seguiu lógicas de alinhamento aos Estados Unidos ou a União Soviética. Porém, o governo golpista para não se isolar se aproximou de Cuba. A incerteza do que se passava no local levou os EUA a conceberem as revoltas constitucionais no Suriname como um fator de instabilidade na América do Sul (URT, 2010, p. 71-72).

No Brasil, a preocupação foi de uma revolução de esquerda e uma possível ação da superpotência hemisférica ao lado do país. Temores que levaram o Brasil a enviar uma missão diplomática chefiada pelo general Danilo Venturini.

Ávila (2009, p. 48) afirma que a missão Venturini teve o objetivo de cooptar o regime de Bouterse. Em troca de cooperação econômica, financeira e militar brasileira, o Suriname deveria abandonar a órbita cubana e aproximar-se do Brasil e de outros países do bloco ocidental. Dentre eles também foi oferecido programas de treinamento militar e bolsas de estudo nas universidades brasileiras. A missão teve êxito e Bouterse decidiu reformular o programa de governo do país retirando possíveis tonalidades de esquerda em seu governo.

No governo de José Sarney (1985-1990) a política externa foi formulada sob a transição de um regime ditatorial para um modelo democrático. O predomínio do poder civil se fortaleceu e em termos econômicos caminhava para um modelo neoliberal (PRADO; MYAMOTO, 2010).

Contudo, a mudança de regime não trouxe ruptura na abordagem da política externa nesse período, sobretudo com relação à inserção internacional. O modelo continuava a ser o “desenvolvimentista de caráter autônomo”. A bipolaridade da Guerra da Fria impedia manobras internacionais independentes que buscassem novos caminhos. Outro fator que dificultou atuações internacionais mais incisivas foram as dificuldades econômicas externas, a crise da dívida, inflação, quedas dos preços internacionais de matéria prima (BARRETO, 2012, p. 3).

O presidente José Sarney visitou o

Suriname no dia 2 de março de 1989 e em resposta a aproximação, o presidente surinamês Ramsewak Shankar veio ao Brasil em agosto do mesmo ano. O diálogo entre os presidentes resultou na assinatura de tratados de cooperação bilateral, como na área da cooperação técnica relacionada à agricultura, apicultura, saúde, formação profissional, energia, telecomunicações, cooperação comercial e no combate ao narcotráfico (RPEB, 1989, p.9).

Alguns aspectos a se destacar com relação à cooperação técnica e profissional é a formação de diplomatas do Suriname no Instituto Rio Branco do Ministério de Relações Exteriores e a formação de oficiais do exército surinamês nos institutos de ensino das Forças Armadas brasileiras. Informações provenientes da embaixada brasileira em Paramaribo afirmavam que cerca de 60% dos oficiais do exército surinamês tinham realizado curso de aperfeiçoamento em institutos militares brasileiros. Dessa forma, afirma-se que o fim primordial da cooperação militar Brasil-Suriname foi fomentar a profissionalização de oficiais do Suriname, assim difundindo as doutrinas militares brasileiras no país (ÁVILA, 2009, p. 51).

Entre 30 e 31 de janeiro de 1991 foi realizada a missão Reis², o objetivo da missão foi iniciar um diálogo com o Interregno Kraag, que subiu ao poder após outro golpe. Por fim, a missão Reis teve papel importante também na recomposição do regime democrático no

² Nome dado devido a missão ser liderada pelo embaixador brasileiro Fernando Guimarães Reis.

Suriname, garantindo a presença de observadores estrangeiros nas eleições de 25 de maio de 1991 (AVILA, 2009, p. 55).

Em janeiro de 1995 inicia-se o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), período marcado pelo fortalecimento do neoliberalismo, aprofundamento da globalização e maior atuação interacional do Brasil, principalmente através da abertura comercial e dos fluxos do comércio internacional. De acordo com Vizontini, entre as prioridades do novo governo estavam:

... integração regional, aprofundando o Mercosul; estímulo à estratégia de diversificação de parceiros nas relações bilaterais; ação junto às organizações econômicas multilaterais, em especial à OMC, e concentrar esforços para elevar a posição de potência internacional do Brasil, tornando-se um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, usando, para tanto, de argumentos como tamanho territorial, contingente populacional e seu *status* na organização. (2005, p. 382)

A política externa de FHC buscou uma nova lógica, rompendo com a *autonomia pela distância* que vigorava desde o período da Guerra Fria buscando uma agenda voltada para ideia da *autonomia pela integração ou participação*. FHC, dando seguimento aos seus antecessores Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, buscou dialogar com o mundo, com as organizações internacionais (ONU, OMC), com as iniciativas regionais (Mercosul) e hemisféricas (ALCA) em uma estratégia denominada *autonomia pela participação* (VIGEVANI & OLIVEIRA, 2004, p.34).

Em encontro com presidente do Suriname Runaldo Ronald Venetiann, em janeiro de 1996, o presidente Fernando Henrique Cardoso discutiu a cooperação bilateral entre os dois países. Os destaques foram a cooperação sub-regional e o desenvolvimento sustentável da região amazônica, integração regional, econômica e o intercâmbio militar entre os dois países.

A Política Externa do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) teve como estratégia a *autonomia pela diversificação*. Isso significou contribuir para um maior equilíbrio internacional buscando atenuar o unilateralismo do mundo pós 11 de setembro; fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico e cultural; e evitar acordos que possam comprometer em longo prazo o desenvolvimento.

No período Lula o Mercosul continuou sendo um projeto importante a ser ampliado com a Comunidade Sul-americana de Nações (Casa), transformada posteriormente na União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Os projetos que compõem a IIRSA ganham força no período de Lula através de bancos, empresas e ação diplomática brasileira, colocando a integração da América do Sul como assunto prioritário na agenda do Brasil.

Essa agenda brasileira que visou

fortalecer a regionalização da América do Sul contou com alguns elementos que favoreceram a aproximação dos países. Como por exemplo, após uma década de governos neoliberais, os países foram tomados por uma onda de governos de esquerda na região – o que parece demonstrar atitude de ceticismo quanto à globalização liberal que reproduziu as desigualdades existentes entre Norte e Sul.

No período do governo de Lula da Silva, o primeiro contato entre Brasil e Suriname ocorreu no dia 21 de dezembro de 2004, data no qual o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim fez uma visita oficial ao país. A missão se deu com o objetivo de preparar a visita do presidente Lula da Silva que ocorreria no ano de 2005 na XVI Reunião de Cúpula da Comunidade do Caribe (CARICOM). Foi também durante a visita de Celso Amorim que foram assinados o Tratado Sobre Extradicação e o Acordo de Regularização Migratória (RPEB, 2004, p. 495).

Em abril de 2008 foi assinado um tratado de cooperação em matéria de defesa. O tratado teve como objetivos principais: a promoção de Cooperação na área de Defesa com ênfase nas áreas de pesquisa e desenvolvimento; apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa; promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar e exercícios correspondentes ao intercâmbio de informações. O tratado garantiu principalmente o intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares de ambos os países.

Após dois mandatos do presidente Lula da Silva (2003 a 2010), em 2011 Dilma Rousseff foi eleita presidente do Brasil. Por ser mais um governo do Partido dos Trabalhadores, existia uma expectativa de continuidade da PEB conduzida por Lula da Silva. Entretanto, entre as variáveis que compõem a construção de uma política externa o perfil dos líderes é algo importante. Nesse caso, Rousseff não apresentou interesse em seguir na trilha do seu antecessor.

Cervo e Lessa (2014) destacam em *O declínio: Inserção Internacional do Brasil (2011-2014)* argumentos apontando um declínio da ação internacional brasileira. Em 2010 o Brasil era considerado internacionalmente uma potência emergente, porém os autores marcam os problemas internos que dificultaram a manutenção desse status. Segundo Cervo e Lessa (2014, p. 134) não foram trazidos novos conceitos para a política externa e não ocorreu um forte diálogo com a sociedade. Causas do declínio internacional se encontram na baixa inovação tecnológica e competitividade dos sistemas produtivos nacionais.

Cooperação militar Brasil - Suriname

As dinâmicas impostas pelas disputas ideológicas da Guerra fria foram decisivas para a configuração da nova ordem mundial. No que se refere à segurança internacional, diversos debates e discussões emergiram e foram reformulados. O período regido pela

bipolaridade foi marcado pelo estabelecimento de alianças promovidas por Estados Unidos e a então União Soviética como forma de propagar suas correntes ideológicas. Nessa conjuntura, muitas ajudas e processos de cooperação militar foram oferecidos e estabelecidos entre as grandes potências e outros Estados com menor poder. Com o fim da Guerra Fria os processos de cooperação militar tomaram outro rumo.

Segundo Cottey e Foster (2004, p.8) a partir de 1991 um processo de atividades cooperativas pacíficas no âmbito das relações militares entre os países tornou-se mais visível no mundo. Na Europa, membros da OTAN do lado ocidental europeu começaram a realizar exercícios militares em conjunto com seus antigos inimigos da Europa oriental como forma de promover assistência a esses Estados europeus para a reforma de suas forças armadas. Contudo, Winger (2014, p. 2) descreve que esse processo possuía um interesse estratégico. O autor discorre que os governos da parte ocidental temiam o modelo soviético de Forças Armadas que ainda era utilizado pelos países que formaram o Pacto de Varsóvia, pois acreditavam que isto poderia ser um obstáculo para a instauração da democracia nessa região. Deste modo, os países da Europa ocidental se utilizaram de suas Forças Armadas para ajudar na reconstrução das instituições militares dos países do antigo Pacto de Varsóvia através de atividades pacíficas como intercâmbio de oficiais programas educacionais e treinamentos em conjunto. Esses esforços

fortaleceram a ideia do uso das Forças Armadas de um Estado como uma ferramenta de poder pacífico, ou seja, em períodos de ausência de guerras.

Ainda nesse período, como apontado por Cottey e Foster (2004, p. 5), outros exemplos de atuações semelhantes puderam ser percebidos em outros continentes. Na Ásia, os Estados Unidos iniciaram novos processos de cooperação militar com China e Índia, e aproximaram-se também da *Association of South East Nations* (ASEN). Nas Américas ocorreu também uma aproximação militar entre Estados Unidos e América do Sul. Na África, governos ocidentais prestaram suporte a outros países na reforma de suas Forças Armadas e também no desenvolvimento de suas capacidades para a realização de missões de paz.

Antes de compreender o conceito de Diplomacia Militar é preciso primeiro definir o conceito de Diplomacia. Segundo Bobbio (1998, p. 348) diplomacia é:

... segundo a célebre definição do *Oxford English Dictionary*, a condução das relações internacionais através de negociações. O método através do qual estas relações são reguladas e mantidas por embaixadores e encarregados; o ofício ou a arte do diplomata. O objeto da Diplomacia é, portanto, o método através do qual são conduzidas as negociações e não o conteúdo das negociações...

Dessa forma, diplomacia deve, antes de tudo, ser compreendida como um método pacífico e exercido através de negociações entre as partes. Essas partes por sua vez são representadas por embaixadores e encarregados,

que na maioria das vezes são preparadas para utilização desse método. Todavia, essa visão é comumente relacionada à figura do diplomata ou embaixador que representa seu estado. No caso da diplomacia militar, esta faz parte de um processo de surgimento de novos atores exercendo esse papel, fato que discutiremos posteriormente.

Na visão de Bull (2002, p. 187) compreende-se como diplomacia a gestão das relações entre estados e outras entidades da política mundial por meios pacíficos e com o uso de agentes oficiais. A definição trazida por Bull nos demonstra o dinamismo que a diplomacia ganhou frente às mudanças do cenário internacional, ligada ao surgimento de novos atores como as entidades políticas e agentes oficiais citados pelo autor. Percebe-se que o termo utilizado dá margem para o emprego de agentes além de diplomatas e embaixadores. A diplomacia presidencial ou diplomacia de cúpula é um reflexo dessas mudanças.

Outro exemplo de diplomacia que se diferencia da clássica, que seria desenvolvida fundamentalmente por Estados, é a Organizações das Nações Unidas (ONU) e as suas missões de manutenção de paz. Neste caso, vemos uma Organização Internacional que foi criada com o objetivo de evitar novas guerras através dos princípios da segurança coletiva intervindo em conflitos através do instrumento diplomático. Exemplos desses instrumentos são medidas para soluções de

controvérsias como a diplomacia preventiva, o *peacekeeping* e o *peacebuilding*, não levando a bandeira de um país específico, mas sim de uma instituição.

Assim, frente a essas mudanças na concepção de diplomacia, Bull (2002, p. 187) afirma que numa época em que o papel dos embaixadores e diplomatas em geral nas relações internacionais tem diminuído muito, interligar essa função preferencialmente aos diplomatas é de certa forma uma colocação indevida.

Os objetivos da cooperação/diplomacia militar

Militares são historicamente associados ao uso da força, no sentido de que são um instrumento para a consecução dos objetivos de um Estado no sistema internacional através de meios bélicos. Contudo, existem inúmeras maneiras de utilizar as Forças Armadas de forma pacífica nas relações internacionais (MUTHANNA, 2011, p. 2). A diplomacia militar é uma dessas, segundo Cottey e Foster (2004, p. 5), envolve o uso cooperativo dos meios militares em tempos de paz como um instrumento da política externa e de segurança. Atividades como visitas, encontros, intercâmbios, negociações, participação em conferências internacionais, assinatura de tratados e troca de documentos diplomáticos são ações que compõem a cooperação militar.

O que pode de fato diferenciá-la da

diplomacia convencional é que a condução dessas atividades é feita por militares, adidos militares e/ou ministros de defesa (RAJAGOPALAN, 2014, p. 1). Segundo Muthanna (2011, p. 2) essa atividade pode ser definida tanto como Diplomacia *Militar* quanto Diplomacia de *Defesa*, pois os termos podem indicar, no caso da palavra militar, a atuação de oficiais e altas patentes das forças armadas, e no caso da palavra defesa, representa a atuação política, como a de um ministro da defesa.

A diplomacia militar pode muitas vezes se confundir como apenas um processo de cooperação ou ajuda militar entre dois ou mais países, contudo, o que pode caracterizá-la de fato é seu objetivo. Como já mencionado, esse processo tem como finalidade auxiliar na política externa ou de segurança. Uma das primeiras literaturas a discorrer o uso das Forças Armadas como um instrumento da política externa após o período da Guerra Fria é o trabalho de Stephen Kaplan publicado em 1977 intitulado: “*Force without war: the United States Armed Force as a political instrument*”. Nesta obra Kaplan define este uso como:

O uso político das Forças Armadas ocorre quando ações físicas são tomadas por um ou mais componentes do serviço militar como parte de uma tentativa deliberada das autoridades nacionais para influenciar, ou para estar preparado para influenciar, o comportamento específico de indivíduos em outra nação sem engajar-se em uma continuidade da violência” tradução minha (KAPLAN, 1977, p.7).

A cooperação militar é associada

tradicionalmente como um meio para contrabalanceamento de inimigos. Entretanto, atualmente observa-se como meio de ajuda para construção de relações cooperativas entre Estados amigos ou potenciais inimigos, como uma espécie de engajamento estratégico. Um segundo uso para este modelo de cooperação é muito usado pelas democracias ocidentais na tentativa de instaurar os princípios do ideal democrático através do contato com as forças armadas, como uma forma, em longo prazo, de instaurar esse tipo de governo no país que recebe assistência militar. Em terceiro lugar, a assistência ou cooperação militar tem sido utilizada para ajudar estados parceiros a desenvolver capacidades para realização de missões de *peacekeeping* e *Peace-enforcement* (COTTEY E FOSTER, 2004, p. 8).

Em síntese, os autores afirmam que:

“A mudança chave das últimas décadas é que a cooperação de defesa tem sido usada não somente como uma duradoura vertente da *realpolitik* prestando suporte às Forças Armadas e segurança de aliados, mas também como um meio de alcançar de forma ampla os objetivos da política externa e de segurança. (COTTEY E FOSTER, 2004, p.8).

A Cooperação militar na América do Sul e a relação Brasil e Suriname

Na América do Sul, a partir de iniciativas como o Conselho de Defesa Sul Americano da UNASUL criado em 2008 o número de acordos ligados à cooperação militar aumentou. Uma maior interação entre os países

passou a ser mais visível, fazendo com que as questões militares se inserissem mais na agenda de política exterior dos países. Esse processo é discorrido no trabalho de Edgar C. Otálvora (2008, p. 2), que aponta uma intensificação de instituições de coordenação regional em matéria de defesa. Esse tema tem se tornado crescente na agenda da região sul-americana e nesse sentido ocorre uma atividade diplomática voltada aos temas militares o qual o autor denomina de “diplomacia militar”.

Em um âmbito bilateral, as relações cooperação militar entre Brasil e Suriname tiveram seu início desde a Missão Venturini já mencionada neste texto, onde foram prestadas ajudas militares principalmente na formação de militares do Suriname em centros de formações brasileiros. Contudo, o acordo mais notável dessa relação foi assinado em 2008 em Paramaribo. Trata-se do acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, com o objetivo de Brasil e Suriname cooperarem nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa. Dentre outros objetivos do tratado estão também o compartilhamento de experiências na área militar, realização de operação conjunta com o fim da manutenção da paz, promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar.

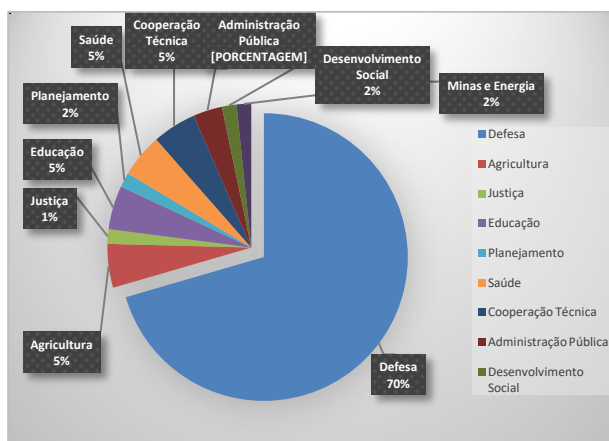
Para Marcelo Baumbach, Embaixador do Brasil no Suriname entre os anos de 2012 e 2017, o destaque da relação bilateral com o Suriname está justamente no setor militar. O ex- Embaixador afirma que

A cooperação Brasil-Suriname em matéria de defesa é uma das mais bem-sucedidas vertentes do relacionamento bilateral. Tendo como marco a assinatura do Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa Brasil-Suriname, em abril de 2008, atualmente em pleno vigor, permitiu um considerável aprofundamento das relações entre as Forças Armadas dos dois países. Ao longo dos últimos anos, além do Adido Militar e seu Auxiliar, diversos assessores militares brasileiros cumpriram diversas missões em apoio as Forças Armadas do Suriname, direcionado, sobretudo, ao aperfeiçoamento de oficiais surinameses, à assessoria na área de treinamento físico militar e desportivo e à cooperação na organização de um corpo de fuzileiros navais no Suriname³

A partir desse acordo nota-se um significativo fortalecimento nas relações militares entre Brasil e Suriname se comparado aos demais tratados. Desde 2008 até 2014, segundo dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o número de projetos ligados a treinamento militar corresponde a 70% do total (Gráfico I). Os cursos ofertados pelo Brasil, por sua vez, em sua maioria envolvem temas como: preparação para missão de paz, montanhismo para sargentos, aperfeiçoamento de sargentos, aperfeiçoamento de oficiais de carreira de arma de infantaria, operações em selva, formação de oficiais em academias brasileiras como a Academia Militar das Agulhas Negras.

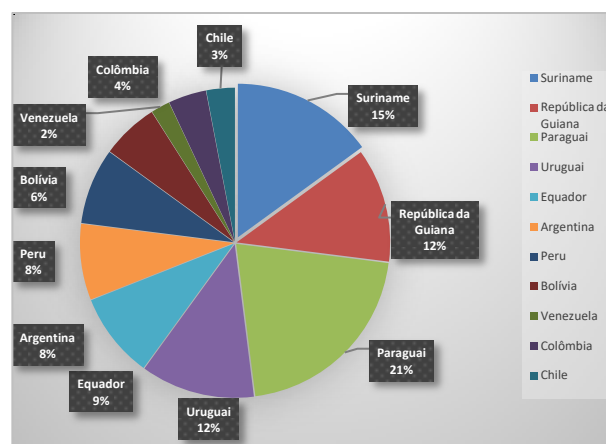
³ Entrevista gentilmente concedida por e-mail aos autores deste texto.

Gráfico 1 - projetos de cooperação técnica entre Brasil e Suriname (2008-2013)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ABC

Gráfico 2 - participação dos países sul americanos em projetos de cooperação em defesa (2008-2014)



Fonte: OLIVEIRA (2015 p. 12)

No mesmo período nota-se que o Suriname se apresenta com certo protagonismo se comparado aos demais países da América do Sul no referente a participação de projetos de cooperação em defesa com o Brasil. Suriname ocupa o segundo país que mais participou ficando atrás apenas do Paraguai (Gráfico II). De fato, esse número expressivo tem ligação com as novas estratégias trazidas a política externa e de defesa através de documentos como a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END). Ambos os documentos reconhecem a importância do entorno estratégico brasileiro e, ainda, a importância da cooperação em Defesa não somente para fins de dissuasão, mas também como um instrumento de construção de confiança que possibilitaria a integração do continente.

A cooperação no setor militar é sempre bastante sensível, pois trata dos instrumentos de defesa nacional. Ter 70% da cooperação estabelecida na área da defesa demonstra forte confiança entre os atores envolvidos, especificamente as diplomacias brasileiras e surinamesas. Como destaca o ex-Embaixador Baumbach:

Os numerosos militares do Suriname que participam ou participaram de tais cursos prestam não apenas uma contribuição significativa ao aperfeiçoamento do preparo das Forças Armadas surinamesas, mas também, com o conhecimento e familiaridade que adquiriram com relação ao Brasil, podem contribuir para um entendimento ainda melhor entre os dois países

Entretanto, é válido destacar que entre os diversos aspectos que circundam as relações militares bilateral⁴, treinamento das forças de

⁴ Outras modalidades de cooperação compõem o setor militar: treinamento, exercícios e missões conjuntas,

um país por outro, especificidade da relação Brasil-Suriname, é uma parcela menos profunda da cooperação militar. Nessa direção, os projetos na área de defesa que compõem a carteira de cooperação entre os dois países se destacam em quantidade, mas com relativa baixa densidade militar. Esse aspecto não diminui a importância da cooperação em defesa estabelecida. Apenas aponta espaços a serem ocupados na ainda baixa relação bilateral entre Brasil e Suriname.

Corroborar a direção do argumento acima exposto Ruben Martoredjo⁵, membro do Conselho do Instituto de Relações Internacionais da Universidade Anton de Kom (IIR/Adekus) e funcionário das Nações Unidas no Suriname. Martoredjo aponta que

the military relations between Brazil and Suriname can be generally regarded as good and stable. Brazil is an important provider of technical assistance and material support for the Surinamese army. My opinion is also shared by two distinguished officials, whom I have consulted in formulating my opinion, namely a long serving (now retired) high ranking military official, currently functioning as advisor to the Minister of Defence, and a former senior official of the police department who has also served as acting director of the Ministry of Foreign Affairs and Charge D’Affairs at the Surinamese Embassy in the Netherlands, and has done a study in the Brazil Suriname relations. Both officials shared my opinion.

Considerações Finais

projetos tecnológicos bilaterais, protocolos de ação conjunta, indústria bélica compartilhada etc.

⁵ Entrevista gentilmente concedida por e-mail aos autores deste texto.

O objetivo do presente artigo foi discorrer sobre as relações entre Brasil e Suriname entre os anos de 1975 a 2014, utilizando-se sobretudo do histórico das relações entre os dois países levando em consideração quais abordagens na política externa foram utilizadas em cada período. Nessa relação bilateral em âmbito militar destacam-se dois momentos principais: o golpe dos militares em 1980 no Suriname e consequentemente a Missão Venturini; e o Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa em 2008. Ambos ajudaram para intensificar a Cooperação Militar entre os dois países, e não menos, a partir de dados coletados da Agência Brasileira de Cooperação observou-se que 70% dos acordos de cooperação técnica entre os dois países entre 2008 e 2014 é voltada para defesa.

Como demonstrado, a Cooperação Militar pode ser utilizada como uma ferramenta da política externa visando: interação, transparências nas relações, construção de confiança, e outros níveis a capacidade de exercer influência e a dissuasão. Nesse caso, a cooperação Brasil Suriname ocorre no âmbito do processo de integração Sul Americana, ou seja, a diplomacia militar brasileira faz parte de uma estratégia maior.

Em sua visita ao Suriname em 2012 o então Ministro da Defesa Celso Amorim demonstrou o profundo interesse brasileiro em intensificar os processos de cooperação militar não somente com o Suriname, mas também com

os demais países do norte do subcontinente, classificando-os como parceiros importantes na construção de uma comunidade de segurança na região (DEFESANET, 2012).

O Suriname, voltado ao Caribe e pouco “Sul-americanizado”, apresenta baixo grau de relação com o Brasil, maior país da região. Porém, as poucas ações diplomáticas existentes estão focadas em cooperação militar. Como maior país da região, o Brasil ter uma estratégia através da diplomacia militar é de fato pertinente para a aproximação com seu entorno geográfico, principalmente em áreas sensíveis do ponto de vista da segurança e da defesa como a Amazônia. A cooperação estabelecida com o Suriname demonstra parte dessa estratégia presente nos documentos de defesa do Brasil.

É válido destacar que mesmo que tenhamos encontrados o Suriname como o segundo país com mais acordos de cooperação militar com o Brasil no subcontinente, percebemos o volume de acordos se destaca mais que suas extensões e densidades. Isso aponta que o uso de questões militares como substrato de cooperação ou diplomacia apresenta grande potencial para ainda ser explorado com entre Brasil e Suriname e entre os países do subcontinente de forma geral. As relações entre o mais jovem país independente da América do Sul e o Brasil se adensaram a partir de uma missão militar, Missão Venturini, nos anos 1980. A ausência de uma política integracionista com a região

das Guianas onde se encontra o Suriname fez com que outras cooperações ganhassem densidade, mas a cooperação militar se mostrou estável como podemos perceber nos dados apresentados neste estudo e na fala de atores locais.

Introduction

The issue of integration of the South American continent in recent decades has gained relevance in the strategic agendas of the countries of the region, both through bilateral cooperation and the creation of regional organizations for different purposes such as economic, infrastructure and / or defense integration. Even though Suriname, which is the focus of this work, is considered a “back country” to South America, was present in this process.

Bilateral and multilateral cooperation was one of the means used to move closer to Suriname and to integrate it more and more into the subcontinent. In this article we analyze specifically the military cooperation between Brazil and Suriname, a topic that gained greater relevance from the creation of the South American Defense Council (CDS).

The study entitled “La Diplomacia Militar en Suramérica: Alianzas y Rupturas em 2008” (Otálvora, 2008, p. 2) points out that since the intensification of regional defense coordination institutions such as the CDS, the issue has increased in the agenda of the South American

region. In this process, there is a diplomatic activity focused on military subjects which the author calls “military diplomacy”. The author also states that government activities are seen in the military field from ideological to doctrinal and operational aspects such as joint training programs for officials, that is, symbolic aspects in times of peace and logistic aspects in times of war.

Our analysis will cover the period from 1975, the year of independence of Suriname, until 2014, which corresponds to the end of the first term of the Brazilian president Dilma Rousseff. The study was carried out through the analysis of integration and international security, foreign policy of the mentioned countries, integration and cooperation in defense and security.

We conducted this survey by analyzing scientific articles, news and books related to the subject, military cooperation agreements between Brazil and Suriname. That is, a documentary analysis of the main declarations, speeches and positions of the social and political actors of the region regarding their perceptions and actions before the military cooperation agreements. The main sources of data were: Brazilian Cooperation Agency (ABC); Ministry of Defense (Brazil and countries in the Guyana Shield); Ministry of Foreign Affairs (Brazil and countries in the Guyana Shield); Documents of the South American Defense Council (CDS).

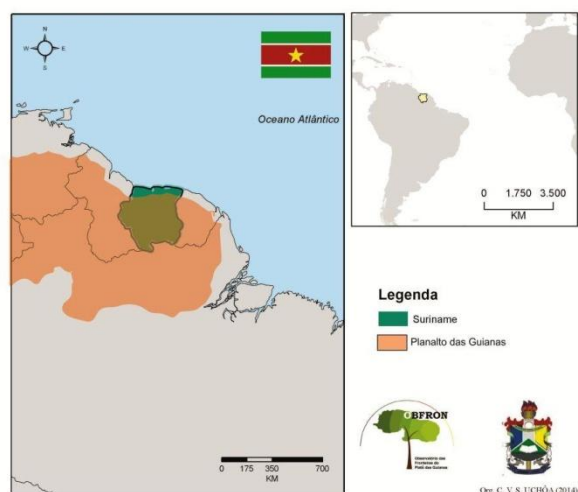
In the first part of this paper we present

the general aspects of Suriname. Next, we discuss the main points of the relationship established between the two countries, considering historical facts, and especially the foreign policy approaches of each country. Finally, the third and final part, based on official documents and cooperation treaties, we present the evolution of military cooperation between Brazil and Suriname and the analysis of the agreements and the opinion of some actors in Suriname.

Suriname: the former Dutch Guyana

Suriname became independent in the year of 1975 and is considered the newest South American state. The country has the smallest territorial dimension and population of the continent. In its 163,820 km² of extension there are around 600 thousand inhabitants. It is located to the north of South America, with borders to the west with the Co-operative Republic of Guyana, to the east with French Guyana, to the South with Brazil and in its North portion is the Atlantic Ocean.

Map 01: Republic of Suriname



Source: CORREA (2014, p.138)

The country, together with the Co-operative Republic of Guyana and French Guyana (France), makes the so-called Regions of Guyana. It is a piece of South America that presents challenges for its integration to the continent as it has a diverse ethno-cultural composition, with languages distinct from the other South American countries and low interconnectivity. Moreover, the Region has a strong relationship established with the Caribbean countries and, to some extent, with its former metropolis (VISENTINI, 2008, p.1).

In this way, Suriname as part of this region presents itself as a challenge in the “South Americanization” process since it has been more closely integrated with the Caribbean Community and Common Market through its participation in CARICOM since 1995, as well as the Association of Caribbean States (ACS). In addition, there is a strong economic relationship with the Netherlands, the second largest source of Suriname's exports,

representing approximately 15% of the total.

The economy of this small country is based on the export of gold, bauxite, wood and rice, and is supplied by imports in almost all manufactured goods. The plurality of cultures in Surinamese society is intense, having its formation in the colonial period. There is a wide ethnic, linguistic and religious variety. Amerindians located in the interior, Afro descendants that were inserted in the plantations in the colonial period, the *Maroons* or *Bush Negroes* people of Hindu and Muslim origin, Indonesians, Javanese, Chinese, English and Mestizos are some of the members of the Surinamese society.

There are many Muslims in the country, which makes up to 19.6% of the total population. This fact makes Suriname together with the Republic of Guyana the only South American countries to be part of the Organization for Islamic Cooperation (OIC)⁶. Thus, Visentini (2008, p.1) characterizes Suriname as a country that is part of “another South America” distinct from the Platina and the Andean regions. It is a new frontier in the continent, with a cultural ethnicity construction distinct from the other Lusitanians of the Iberian Peninsula predominant in South America.

Brazil-Suriname bilateral relations

Relations between Brazil and Suriname

⁶ Intergovernmental body that brings together Islamic states or that have a representative community practicing religion.

began in the year of the country's independence in 1975 (RPEB, 1975, p.132). In July 1976 relations between the two countries took shape when the Prime Minister for General and Foreign Affairs of Suriname, Henck Alphonsus Eugène Arron, visited Brazil. This was the first official visit of the Suriname Head of Government abroad since the country gained its independence.

The visit of the Surinamese Prime Minister made it possible not only for dialogue, but also to formalize documents on Cooperation between both countries. The Treaty of Friendship Cooperation and Commerce, the Basic Agreement on Scientific and Technical Cooperation and the Agreement on Cultural Exchange were established. The visit also resulted in the creation of a Brazil-Suriname Joint Commission to deepen the processes regarding Bilateral Exchange and Technical and Scientific Cooperation (RPEB, 1976, p. 38).

To situate the Brazilian Foreign Policy (PEB) in our analysis, we emphasize that in the 1960s Brazilian actions were constrained in the bipolar system that characterized the Cold War. Brazil was close to the political and economic model dictated by the United States (MENDONÇA, MYAMOTO, 2011, p.12). Faced with the logic of “ideological frontiers”, foreign policy was based on the principle that in order to preserve the national independence it was necessary to accept a degree of economic, political and military

interdependence with the United States. It was a foreign policy marked by the Americans that broke with the Independent Foreign Policy and characterized the PEB in the early 1960s (FERNANDES, 2010, page 158). Together with the new orientation of foreign policy and the collapse of the Bretton Woods Agreement in 1971, as well as the oil crisis in 1973, Ernesto Geisel, president of Brazil in 1974, substantiated Brazilian foreign policy in two directives: ensuring the supply of oil and guarantee export markets for Brazilian products (URT, 2010, p.76).

In the 1970s Brazil underwent a process of accelerated economic development and an increase in the sources of commercial financial flows. According to Lessa (1995, p.25):

“... the Foreign Policy of Geisel had, in 1974, the need to diversify international contacts, not only to compensate with increasing export *deficits* of the balance of payments, but also to overcome, by opening new markets, the retraction of traditional customers in the industrialized world - then committed to overcoming the oil supply crisis.”

Geisel's foreign policy towards Brazil's greater autonomy and diversification of partners focused on countries in Africa, the Middle East, Latin America and Western Europe. Pragmatic principles were established in the pursuit of achieving national priority interests. This form of thinking about Brazilian foreign policy is expressed by Mendonça and Miyamoto (2011)

as “responsible ecumenical pragmatism”.

According to the authors:

“Responsible and ecumenical pragmatism had as its fundamental principle the end of apriorism in Brazilian foreign policy. Responsibility meant a commitment and fidelity to the country's national interests, with long-term goals. Ecumenism referred to the Brazilian strategy of seeking multiple poles of approach, trying to move away from the rather narrow traditional ties Brazil maintained with the United States.” (MENDONÇA; MIYAMOTO, 2011, p.14).

The Surinamese coup d'état of 1980 and the Venturini Mission

In the political life of Suriname since its independence in 1975, instability was a striking feature. Successive military coups and a civil war, from 1986 to 1994, created a scenario of political uncertainty and economic weakness in the country. Among the main actors in this scenario of transition from independence to democracy, the military was one of the most active and, between comings and goings to power, the current president of Suriname is Desiré Delano Bouterse, who was the main military leader in the country.

Even after independence in 1975, Suriname maintained strong political relations with its former Metropolis. The fact that the process of independence of the former colony was peaceful contributed to maintain a harmonious relationship. An agreement guaranteed that the Netherlands would invest US\$ 100 million in Suriname for 15 years.

However, the military coups of 1980 and 1990 led to the suspension of the mentioned resources (AVILA, 2011, p.46). In the political field a parliamentary democracy was organized, combining peculiar characteristics such as *Apanjaht*, that is, “The practice of voting for you own race, your own kind”.

From 1975 to 1980 Suriname was commanded by Prime Minister Henck Arron. The young country had as its foreign policy objectives greater integration with the continent and, still, sought greater autonomy mainly regarding its old metropolis. Corruption involving most of the ministries and public authorities, scandals in the 1977 elections, the problem presented by the phenomenon of “*Apanjathsmo*”, which was resulting in the idea of “us against them”, the commitment of the development of a national identity of the country and the general political instability were elements that constituted the stage for a military coup in 1980 (JANSSEN, 2011, p.55). Added to the scenario described above is the growing dissatisfaction, mainly by the military who are not part of the officialate, protagonists of the 1980 coup.

In 1980 the sergeant major Desiré Delano Bouterse accompanied by 16 officers began a coup against the governor-elect Henck Arron. In a matter of hours Bouterse obtained the surrender of the army base, police and the government (SINGH, 2007, p.77).

The dissatisfaction of the coup protagonists was composed by some elements.

According to Correa (2015, p. 115) some of these main motivations were: (1) the large difference in wages between official and non-official members, especially those trained in the Netherlands, who earned much more than their subordinates; (2) the military did not have an organization to represent them, yet this was a common practice in the Netherlands, and, to aggravate even more the situation, Henck Arron was resistant to the idea of a military union; (3) the issue regarding the small importance given to the military during this period, since they were limited to patrolling the border and participating in public acts such as “stop and search”. Synthesizing, the Arron government, not paying attention to the demands, especially of the non-commissioned soldiers, only aggravated the group's dissatisfaction which resulted in the coup.

This episode begins a new phase in the relationship between Brazil and Suriname through the visit of a Brazilian commission to Suriname. At the time, this act aimed to intensify bilateral relations by offering political, military and economic assistance (AVILA, 2011, p.7). The mission, which became known as the *Venturini Mission*, had as its main objective to offer help to the regime of Desiré Delano Bouterse established in February 1980.

At the international level, the 1980 Coup caused some concern, as there was no ideology clearly established. The non-ideological character of the coup was mainly due to its lack of revolutionary and reactionary

characteristics. The episode did not come from concerns of the Cold War and did not follow logics of alignment with the United States or the Soviet Union. However, the coup government, not to isolate itself, approached Cuba. The uncertainty of what happened at the site led the United States to conceive constitutional revolts in Suriname as a factor of instability in South America (URT, 2010, pp. 71-72).

In Brazil, the concern was that this would result in a leftist revolution and a possible hemispheric superpower action alongside the country. Fears that led Brazil to send a diplomatic mission headed by General Danilo Venturini.

Avila (2009, p. 48) states that the Venturini Mission had the objective of co-opting the Bouterse regime. In exchange for Brazilian economic, financial and military cooperation, Suriname would have to abandon the Cuban orbit and move closer to Brazil and other Western Bloc countries. Brazil also offered military training programs and scholarships at Brazilian universities. The mission succeeded and Bouterse decided to reformulate the country's government program by removing possible left-wing shades in his government.

In the government of José Sarney (1985-1990), foreign policy was formulated under the transition from a dictatorial regime to a democratic model. The predominance of civil power was strengthened, and, in economic terms, it was moving towards a neoliberal model (PRADO; MYAMOTO, 2010).

However, the regime change did not result in a rupture in the foreign policy approach during this period, especially regarding the international insertion. The model continued being the “developmentalist of an autonomous character”. The bipolarity of the Cold War prevented independent international maneuvers seeking new paths. Another factor that hindered more incisive international actions were the external economic difficulties, the debt crisis, inflation, falling prices of international raw materials (BARRETO, 2012, p. 3).

President José Sarney visited Suriname on March 2, 1989 and in response to the approach, Surinamese President Ramsewak Shankar came to Brazil in August of that year. The dialogue between the presidents resulted in the signing of bilateral cooperation treaties, such as technical cooperation related to agriculture, beekeeping, health, professional qualification, energy, telecommunications, trade cooperation and the fight against drug trafficking (RPEB, 1989, p. 9).

Some aspects to be highlighted concerning technical and professional cooperation are the training of Suriname diplomats at the Rio Branco Institute of the Ministry of Foreign Affairs and the training of officers of the Surinamese army in the institutes of education of the Brazilian Armed Forces. Information from the Brazilian Embassy in Paramaribo stated that about 60% of the Surinamese army officers had undergone

training in Brazilian military institutes. Thus, the primary purpose of the Brazilian-Suriname military cooperation was to promote the professionalization of Suriname officers, so Brazilian military doctrines in the country would propagate (ÁVILA, 2009, p. 51).

Between 30 and 31st of January 1991 was carried out the Reis mission⁷, which purpose was to initiate a dialogue with the Interregno Kraag, who came to power after another coup. Finally, the Reis mission also played an important role in the reconstruction of the democratic regime in Suriname, guaranteeing the presence of foreign observers in the elections of May 25th, 1991 (ÁVILA, 2009, p. 55).

In January of 1995 we began the government of Fernando Henrique Cardoso (FHC), a period marked by the strengthening of neoliberalism, a deepening of globalization and a greater international performance of Brazil, mainly through trade liberalization and international trade flows. In foreign policy, among the priorities of the new government were, according to Vizentini:

“... regional integration, deepening of Mercosur; stimulation of the strategy of diversifying partners in bilateral relations; action with the multilateral economic organizations, especially the WTO, and concentrate efforts to elevate Brazil's position as international power, becoming a permanent member of the United Nations Security Council, using arguments such as territorial size, population contingent and its *status* in the organization.” (2005, p. 382)

⁷ Name given due to the mission that was led by the Brazilian ambassador Fernando Guimarães Reis.

FHC's foreign policy sought a new logic, breaking with the *autonomy by distance* which had been in force since the Cold War period, seeking an agenda focused on the idea of *autonomy for integration or participation*. FHC, following on from his predecessors Fernando Collor de Mello and Itamar Franco, sought to dialogue with the world, with international organizations (UN, WTO), and with the regional (Mercosur) and hemispheric (FTAA) initiatives in a strategy called “autonomy for participation” (VIGEVANI & OLIVEIRA, 2004, p. 34).

In a meeting with the President of Suriname Runaldo Ronald Venetiann in January 1996, President Fernando Henrique Cardoso discussed bilateral cooperation between the two countries. The highlights were the subregional cooperation and sustainable development of the Amazon region, regional integration, as well as economic and military exchange between the two countries.

The Foreign Policy of the government of Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) had as its strategy the “autonomy for diversification”. This meant contributing to a greater international balance in order to mitigate the unilateralism of the post-9/11 world; strengthen bilateral and multilateral relations in order to increase the country's importance in political and economic international negotiations; strengthen diplomatic relations in order to take advantage of the possibilities of greater economic, financial, technological and cultural

exchange; and avoid agreements that could jeopardize long-term development.

During the Lula period, Mercosur continued to be an important expansion project with the South American Community of Nations (Casa), later transformed into Union of South American Nations (UNASUR). The projects that make up the IIRSA gained strength in the Lula period through banks, companies and Brazilian diplomatic action, placing the integration of South America as a priority issue in Brazil's agenda.

This Brazilian agenda that aimed to strengthen the regionalization of South America had some elements that favored the approximation of the countries. For example, after a decade of neoliberal governments, countries have been seized by a wave of leftist governments in the region – which seems to be skeptical concerning liberal globalization, and which has replicated the inequalities between North and South.

During the government of Lula da Silva, the first contact between Brazil and Suriname occurred on December 21st, 2004, the date on which Foreign Minister Celso Amorim made an official visit to the country. The mission was to prepare the visit of President Lula da Silva to be held in 2005 at the XVI Caribbean Community (CARICOM). It was also during the visit of Celso Amorim that the Treaty on Extradition and the Migratory Regulation Agreement were signed. (RPEB, 2004, p. 495)

In April 2008, a treaty on defense

cooperation was signed. The main objectives of the treaty were: to promote Cooperation in Defense with emphasis on research and development; logistical support and acquisition of defense products and services; promote joint training and military instruction and information exchange exercises. The treaty guaranteed mainly the exchange of instructors and students of military institutions of both countries.

After two terms of President Lula da Silva (2003 to 2010), in 2011 Dilma Rousseff was elected president of Brazil. Since it was another government of the Workers Party, there was an expectation of continuity of the PEB led by Lula da Silva. However, among the variables that make up the construction of a foreign policy, the profile of leaders is important. In that case, Rousseff showed no interest in following the trail of her predecessor.

Cervo and Lessa (2014) highlight in “*O declínio: Inserção Internacional do Brasil (2011-2014)*” (english: “*The decline: International Insertion of Brazil (2011-2014)*”) arguments that point to a decline in Brazilian international action. In 2010 Brazil was internationally considered an emerging power, but the authors show the internal problems that made it difficult to maintain this status. According to Cervo and Lessa (2014, p. 134) no new concepts were brought into foreign policy and there was no strong dialogue with society. Causes of international decline lie in

the low technological innovation and competitiveness of national production systems.

Brazil-Suriname military cooperation

The dynamics imposed by the ideological disputes of the Cold War were decisive for the configuration of the new world order. Regarding international security, several debates and discussions emerged and were reformulated. The period governed by bipolarity was marked by the establishment of alliances promoted by the United States and the former Soviet Union as a way of propagating their ideological currents. At this juncture, much help and military cooperation processes were offered and established between the great powers and other less powerful States. With the end of the Cold War the military cooperation processes took another turn.

According to Cottey and Foster (2004, p. 8) since 1991 a process of peaceful cooperative activities within the framework of military relations between countries has become more visible in the world. In Europe, NATO members in the Western European side began to carry out military exercises together with their former enemies of Eastern Europe as a way of promoting assistance to these European states for the reform of their armed forces. However, Winger (2014, p. 2) describes that process as having a strategic interest. The author points out that Western governments feared the Soviet model of the Armed Forces, that was still being used by the countries that formed the Warsaw

Pact, because they believed that this could be an obstacle to the establishment of democracy in that region. As a result, Western European countries have used their Armed Forces to assist in the reconstruction of military institutions in the countries of the former Warsaw Pact through peaceful activities such as officer exchange programs and joint training programs. These efforts strengthened the idea of using a States Armed Forces as a tool of peaceful power, that is, in periods of absence of war.

Still during this period, as pointed out by Cottey and Foster (2004, p. 5), other examples of similar actions in other continents could be perceived. In Asia, the United States initiated new military cooperation processes with China and India and approached the *Association of Southeast Asian Nations* (ASEAN). In the Americas there was also a military approach between the United States and South America. Western governments in Africa have supported other countries in reforming their Armed Forces and in developing their capabilities for peacekeeping missions.

Before understanding the concept of Military Diplomacy, we must first define the concept of Diplomacy. According to Bobbio (1998, p. 348) diplomacy is:

“...according to the famous definition of the *Oxford English Dictionary*, the conduct of international relations through negotiations. The method by which these relations are regulated and maintained by ambassadors and those in charge; the

profession or the art of the diplomat. The object of Diplomacy is, therefore, the method by which negotiations are conducted and not the content of the negotiations...”.

In this way, diplomacy must, first of all, be understood as a peaceful method and exercised through negotiations between the parties. These parts, in turn, are represented by ambassadors and those in charge, who are most often prepared to use this method. However, this view is commonly related to the figure of the diplomat or ambassador who represents his state. In the case of military diplomacy, it is part of the emergence of new actors playing this role, a fact that will be discussed later.

In Bull's view (2002, p. 187) diplomacy is understood as the management of relations between states and other entities of world politics by peaceful means and with the use of official agents. The definition brought by Bull shows us the dynamism that diplomacy gained in the face of changes in the international scene, linked to the emergence of new actors such as the political entities and official agents cited by the author. We may notice that the term used gives scope for the employment of agents besides diplomats and ambassadors. Presidential diplomacy or top diplomacy reflects these changes.

Another example of diplomacy that differs from the classic one, which would be developed primarily by states, is the United Nations (UN) and its peacekeeping missions. In this case, we see an International Organization

that was created with the objective of avoiding new wars through the principles of collective security intervening in conflicts through the diplomatic instrument. Examples of these instruments are measures for dispute settlement such as preventive diplomacy, *peacekeeping* and *peacebuilding*, not raising a flag of a specific country, but of an institution.

Thus, considering these changes in the conception of diplomacy, Bull (2002, p. 187) argues that at a time in which the role of ambassadors and diplomats in international relations has decreased, interconnecting this role preferably to diplomats is somewhat an improper placement.

The objectives of military cooperation and military diplomacy

Military personnel are historically associated with the use of force, in the sense that they are an instrument for the achievement of the objectives of a State in the international system by means of war. However, there are innumerable ways to use the Armed Forces peacefully in international relations (MUTHANNA, 2011, p. 2). Military diplomacy is one of those ways, according to Cottey and Foster (2004, p. 5), since it involves the cooperative use of military means in times of peace as an instrument of foreign and security policy. Activities such as visits, meetings, exchanges, negotiations, participation in international conferences, signing of treaties

and exchange of diplomatic documents are actions that make up military cooperation.

What may in fact distinguish it from conventional diplomacy is that the conduct of these activities is done by military personnel, military attachés and/or defense ministers (RAJAGOPALAN, 2014, p. 1). According to Muthanna (2011, p. 2), this activity can be defined as both “Military” Diplomacy and “Defense” Diplomacy, since the terms may indicate, in what concerns the word “military”, the officers and high patents of the armed forces, and in what concerns the word “defense”, it represents the political activity, such as a defense minister.

Military diplomacy can often be confused as just a process of cooperation or military aid between two or more countries, however, what may characterize it in fact is its goal. As already mentioned, this process has the purpose of assisting foreign policy or security. One of the first literatures to describe the use of the Armed Forces as an instrument of foreign policy after the Cold War period is the work of Stephen Kaplan, published in 1977 and entitled: *“Force without war: The United States Armed Force as a political instrument”*. In this work Kaplan defines this use as:

“The political use of the Armed Forces occurs when physical actions are taken by one or more components of military service as part of a deliberate attempt by national authorities to influence, or to be prepared to influence, the specific behavior of individuals in another nation without engaging in a continuity of violence” (KAPLAN, 1977, p. 7).

Military cooperation is traditionally associated as a means of counterbalancing enemies. However, it is currently seen as a means of helping to build cooperative relations between friendly States or potential enemies, as a kind of strategic engagement. A second application of this model of cooperation is widely used by Western democracies in attempting to establish the principles of the democratic ideal through contact with the armed forces as a long-term way of establishing this type of government in the country that is receiving military assistance. Third, military assistance or cooperation has been used to help partner states develop capacity for *peacekeeping* and *peace-enforcement* (COTTEY AND FOSTER, 2004, p. 8).

In summary, the authors state that:

“The key change over the last few decades is that defense cooperation has been used not only as a long-standing *realpolitik* providing support to the Armed Forces and allied security, but also as a means of broadly achieving foreign policy and security objectives.” (COTTEY AND FOSTER, 2004, p.8).

Military cooperation in South America and the relationship between Brazil and Suriname

In South America from initiatives such as the South American Defense Council of UNASUR created in 2008, the number of agreements related to military cooperation increased. Greater interaction between

countries became more visible, making military issues more of a place on the foreign policy agenda of countries. This process is discussed in the work of Edgar C. Otálvora (2008, p. 2), which points to an intensification of institutions of regional coordination in defense matters. This theme has become more frequent in the agenda of the South American region and, in this sense, there is a diplomatic activity focused on military themes which the author calls “military diplomacy”.

In a bilateral context, the military cooperation relations between Brazil and Suriname started from the Venturini Mission already mentioned in this text, where military aid was provided mainly to train the Surinamese military personnel in Brazilian training centers. However, the most notable agreement of this relationship was signed in 2008 in Paramaribo. This is the Defense Cooperation Agreement, with the objective of Brazil and Suriname cooperating in research and development areas, logistical support and acquisition of defense products and services. Other objectives of the treaty include sharing experiences in the military, conducting joint operations with the goal of peacekeeping, promoting joint training and military training activities.

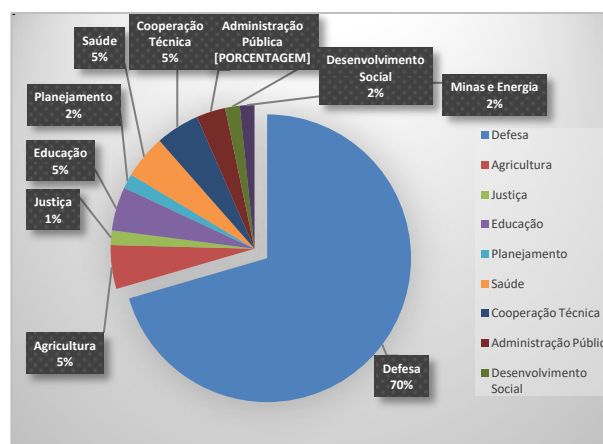
For Marcelo Baumbach, the Brazilian ambassador in Suriname between 2012 and 2017, the bilateral relationship with Suriname stands out in the military sector. The former Ambassador states that:

“Brazil-Suriname cooperation in defense matters is one of the most successful

aspects of bilateral relations. With the signing of the Brazil-Suriname Defense Cooperation Agreement in April 2008, which is currently in full force, it has allowed a considerable deepening of relations between the Armed Forces of both countries. Over the past few years, in addition to the Military Attaché and his Assistant, several Brazilian military advisors fulfilled various missions in support of the Armed Forces of Suriname, mainly directed to improve the Surinamese officers, advising in areas such as physical military and sport training and cooperation in organizing a Marine Corps in Suriname⁸.”

From this agreement, there is a significant strengthening in the military relations between Brazil and Suriname when compared to the other treaties. From 2008 to 2014, according to data from the Brazilian Cooperation Agency (ABC), the number of projects linked to military training corresponds to 70% of the total (Graph I). The courses offered by Brazil, in turn, mostly involve topics such as: preparation for peace missions, mountaineering for sergeants, sergeant improvement, training of infantry officers, jungle operations, training of officers in Brazilians academies such as the Agulhas Negras Military Academy (AMAN).

Graph I - technical cooperation projects between Brazil and Suriname (2008-2013)

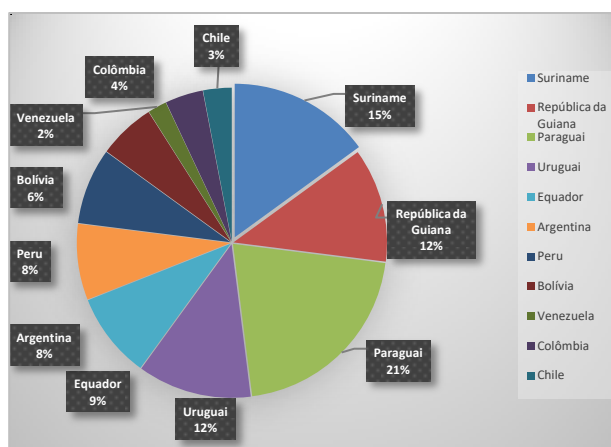


Source: own elaboration based on ABC data.

During the same period, Suriname has had a leading role compared to other South American countries in terms of participating in defense cooperation projects with Brazil. Suriname occupies the second place of countries that participated the most, only staying behind of Paraguay (Graph II). In fact, this expressive number is linked to the new strategies brought to foreign and defense policy through documents such as the National Defense Policy (PND) and the National Defense Strategy (END). Both documents acknowledge the importance of the Brazilian strategic environment and the importance of cooperation in defense not only for deterrence but also as an instrument of confidence building that would enable the integration of the continent.

⁸ Interview kindly granted by e-mail to the authors of this article.

Graph II - participation of South American countries in defense cooperation projects (2008-2014)



Source: OLIVEIRA (2015, p. 12)

Cooperation in the military sector is always a very sensitive topic, since it deals with the instruments of national defense. Having 70% of the cooperation established in defense areas demonstrates strong trust among the actors involved, specifically the Brazilian and Surinamese diplomats. As the former Ambassador Baumbach points out:

The numerous Suriname military personnel who participate or participated in such courses not only make a significant contribution to the training improvement of the Surinamese Armed Forces, but also, with the knowledge and familiarity they have acquired concerning Brazil, which can contribute to an even better understanding between both countries.

However, it is worth mentioning that among the various aspects that surround bilateral military relations⁹, a country training

the armed forces of another country, which is a specificity of the Brazil-Suriname relationship, is a less profound part of military cooperation. In this direction, the projects in the defense area that make up the cooperation portfolio between the two countries stand out in quantity, but with relatively low military density. This does not diminish the importance of cooperation in established defense. It only indicates spaces to be occupied in the still low bilateral relationship between Brazil and Suriname.

Ruben Martoredjo¹⁰, member of the Council of the Institute of International Relations of Anton de Kom University (IIR / AdeKUS) and a United Nations official in Suriname, confirms the direction of the above argument. Martoredjo points out that:

“the military relations between Brazil and Suriname can be generally regarded as good and stable. Brazil is an important provider of technical assistance and material support for the Surinamese army. My opinion is also shared by two distinguished officials, whom I have consulted in formulating my opinion, namely a long serving (now retired) high ranking military official, currently functioning as advisor to the Minister of Defence, and a former senior official of the police department who has also served as acting director of the Ministry of Foreign Affairs and Charge D’Affairs at the Surinamese Embassy in the Netherlands, and has done a study in the Brazil-Suriname relations. Both officials shared my opinion”.

Final Considerations

The purpose of this article was to discuss

⁹ Other forms of cooperation make up the military sector such as: training, exercises and joint missions, bilateral technological projects, joint action protocols, shared war industry, etc.

¹⁰ Interview kindly granted by e-mail to the authors of this text.

the relations between Brazil and Suriname between 1975 and 2014, mainly using the history of relations between the two countries, taking into consideration which approaches in foreign policy were used during each period. In this bilateral relationship in the military sphere two main points stand out: the military coup in 1980 in Suriname and consequently the Venturini Mission; and the Defense Cooperation Agreement in 2008. These events helped to intensify military cooperation between both countries and, not least, from data collected from the Brazilian Cooperation Agency it was observed that 70% of the technical cooperation agreements between the two countries during 2008 and 2014 was focused on defense.

As demonstrated, Military Cooperation can be used as a foreign policy tool aiming: interaction, transparency in relations, confidence building, and, in other levels, the ability to exert influence and deterrence. In this case, the Brazil-Suriname cooperation takes place within the framework of the South American integration process, that is, Brazilian military diplomacy was part of a larger strategy.

The former Foreign Defense Minister Celso Amorim during his visit to Suriname in 2012, demonstrated Brazil's deep interest in intensifying military cooperation processes not only with Suriname, but also with the other countries of the North of the subcontinent, classifying them as important partners in

construction of a security community in the region (DEFESANET, 2012).

Suriname, oriented to the Caribbean and not much "South Americanized", presented a low degree of relationship with Brazil, the largest country in the region. However, the few existing diplomatic actions were focused on military cooperation. As the largest country in the region, Brazil having a strategy through military diplomacy is, in fact, pertinent to the approximation with its geographical environment, especially in sensitive areas from the point of view of security and defense such as the Amazon region. The cooperation established with Suriname demonstrates part of this strategy present in Brazil's defense documents.

It is worth noting that even though we have found Suriname to be the second country with the most military cooperation agreements with Brazil in the subcontinent, we realize that the volume of agreements stands out more than its extensions and densities. This indicates that the use of military matters as a substrate of cooperation or diplomacy brings forward the great potential to be explored with Brazil and Suriname and among the countries of the subcontinent in general.

Relations between the youngest independent country in South America and Brazil were built on a military mission, known as the Venturini Mission, in the 1980s. The lack of an integration policy with the Guyana region, where Suriname is situated, has led to greater density regarding other cooperation agreements,

but military cooperation proved to remain stable as presented through data during this study and through the speeches of local actors.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. In. Revista Bras. Polít. Int. 47 (1): 162-184 2004.

ÁVILA, Carlos Frederico Dominguez. Guerra Fria na Região Amazônica: um estudo da Missão Venturini ao Suriname (1983). *Rev. Bras. Polít. Int.* 54 (1): 7-28, 2011.

ÁVILA, Carlos Frederico Dominguez. Em Defesa da Democracia e do Interesse Nacional: O Brasil diante do Interregno Kraag no Suriname (1991). *Textos & Debates*, V. 14, 2009.

BARRETO, Vicente Costa Pithon. Um breve panorama da política externa brasileira dos últimos vinte anos: princípios, alterações e a continuidade. In. Revista de Informação Legislativa, Brasília a. 47 n. 187 jul./set. 2010.

CAVLAK, Iuri. Breve história do Suriname/ Iuri Cavlak – 1 ed. – Macapá – Rio de Janeiro. Editora da UNIFAP/ Autografia 2016.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2014, vol.57, n.2, pp.133-151

CORNELET, João Marcelo Conte. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. In. Revista Conjuntura Austral, Vol. 5 n° 24, jun./jul. 2014.

CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. *As iniciativas de integração e segurança dos países amazônicos e o papel do Brasil neste contexto*. 2014. 182 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

CORREA, P. G. P. Forging a Military Identity in Suriname. In: Daniel Zirker. (Org.). *Forging Military Identity in Culturally Pluralistic Societies: Quasi-Ethnicity*. 01ed. Washington DC: Lexington Books, 2015, v. 01, p. 22-28

COTTEY, Andrew; FOSTER, Anthony. *Reshaping defense diplomacy: new roles for military cooperation and assistance*. Oxford University press – international institute for strategic studies. Abril de 2004.

DEFESANET. Brasil quer Guiana e Suriname envolvidos na integração em defesa sulamericana. Defesanet Agência de Notícias Ltda., 2012. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/7736/Brasil-quer-Guiana-e-Suriname-envolvidos-na-integracao-em-defesa-sul-americana>>. Acesso em: 10 de out. de 2017

FERNANDES, Ananda Simões. A política externa da ditadura brasileira durante os “anos de chumbo” (1968-1974): as intervenções do “Brasil Potência” na América Latina. *História Social* nº 18, segundo semestre de 2010, 158-176.

HURREL, Andrew. “O ressurgimento do regionalismo na política mundial”. *Contexto International*, n. 17, vol. 1, 1995.

JANSSEN, Roger. In search of a path: an analysis of

the foreign policy of Suriname from 1975 to 1991. KITLV Press Leiden, 2011.

LAMUR, Humprirey. O impacto da Guerra dos Quilombolas na política populacional durante a escravidão no Suriname. *The Journal of Caribbean History*, vol. 23 (1), 1989, p. 1- 27. Traduzido do inglês por Maria Inês Guimarães Alfano e Valdemir Zamparoni, *Afro-Ásia*, 25-26 (2001), 61-93.

LESSA, Antonio C. A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional.*, v.38, p.24 – 39, 1995.

MARIANO, Marcelo Passini; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; ALMEIDA, Rafael, Augusto Ribeiro de. O Brasil e a integração na América do Sul: uma análise dos últimos dez anos (2003-2013). *Relações Internacionais*, São Paulo, p.123-134, mar. 2014.

MENDONÇA, Felipe Almeida do Prado, MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa do governo Geisel (1974-1979). *SÉCULO XXI* Porto Alegre, V. 2, Nº2, Jul-Dez 2011.

MUTHANNA, Ka. Military Diplomacy, *Journal of Defence Studies*, Vol 5. No 1. January 2011, p. 2-15.

OLIVEIRA, G. Z. ; SILVA, H. P. ; SOUSA, A. C. M. ; SARTI, J. S. ; MATTANA, R. ; SCHELP, P. G. . A Política Externa Brasileira para a cooperação internacional em Defesa: análise dos projetos no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (2003-2014). 2015.

OTÁLVORA, Edgar. La Diplomacia Militar en Suramérica Alianzas y Rupturas em 2008. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales. Dezembro de 2008.

RESENHA DE POLITICA EXTERIOR DO BRASIL. (1975), “Relações diplomáticas Brasil estabelece relações com mais quatro países” p. 131. RESENHA DE POLITICA EXTERIOR DO BRASIL. (1976), RPEB nº 9, “O Brasil recebe o primeiro-ministro e chanceler do Suriname” p. 39-44.

RESENHA DE POLITICA EXTERIOR DO BRASIL. (1989). RPEB nº 60, “Paramaribo recebe o presidente Sarney”, p. 9-21.

RESENHA DE POLITICA EXTERIOR DO BRASIL. (1991). RPEB nº 68, “Eleições no Suriname – nota à imprensa de 28 de maio de 1991”, p. 281

RESENHA DE POLITICA EXTERIOR DO BRASIL. (1996). RPEB nº 78, “Discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso por ocasião do jantar oferecido ao presidente do Suriname, Runaldo Ronald Venetiann, em Brasília, 10 de janeiro de 1996”, o. 11-12.

RESENHA DE POLITICA EXTERIOR DO BRASIL. (2004). RPEB nº 95, “Visita do Ministro Celso Amorim ao Suriname”, p. 494-495.

RESENHA DE POLITICA EXTERIOR DO BRASIL. (2006). RPEB nº 98, “Assistência Humanitária ao Suriname - envio de helicóptero Cougar do exército brasileiro em 14 de maio de 2006”, p. 375.

RESENHA DE POLITICA EXTERIOR DO BRASIL. (2009). RPEB nº 105, “Visita ao Brasil da chanceler do Suriname, Ligia Kraag-Keteldijk em 10 de setembro de 2009”, p. 317.

SATO, Eliti. Cooperação internacional: uma

componente essencial das relações internacionais. RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.46-57, mar., 2010

SANTOS, Marcelo. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. *Rev. Bras. Polit.*, Brasília, p.67-88, 2010.

SINGH, Chaitram. Re-democratization in Guyana and Suriname: Critical Comparisons. Published by CEDLA – Centre for Latin American Research and Documentation *European Review of Latin American and Caribbean Studies* 84, April 2008 | 71-85.

URT, João Harckle. Relações Brasil-Suriname: Construção de Confiança no Contexto da Guerra Fria (1975-1985).2010.

VAN LIER, R. A. J. Sociedade de Fronteira: uma análise social da história do Suriname. Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. Brasília: Funag/IPRI, 2005. Coleção Países da América do Sul. 600p.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Tempo soc.* [online]. 2003, vol.15, n.2, pp.31-61.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto int.* [online]. 2007, vol.29, n.2, pp.273-335.

VISENTINI, Paulo Fagundes. “De FHC a Lula: Uma década de política externa (1995-2005)”. *Civitas- Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre

v. 5 n. 2 jul.-dez. 2005 p. 381-397.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Guiana e Suriname: uma outra América do Sul. In: FUNAG–Fundação Alexandre de Gusmão. Anais da II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. Seminário América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2008.

WINGER, Gregory. 2014. The Velvet Gauntlet: A Theory of Defense Diplomacy. In: What Do Ideas Do?, ed. A. Lisiak, N. Smolenski, Vienna: IWM Junior Visiting Fellows’ Conferences, Vol. 33.

ZENI, Kaline. A diplomacia brasileira e as discontinuidades da matriz da política externa no governo Dilma Rousseff. *Unoesc & Ciência - ACSA Joaçaba*, v. 7, n. 1, p. 7-14, jan./jun. 2016.